



Corrupção, lavagem de dinheiro e *rent-seeing*: a economia política moçambicana bloqueando o investimento produtivo

- Algumas hipóteses para o massivo investimento no sector imobiliário por parte dos réus do caso das dívidas ocultas

EDSON CORTEZ

Director do CIP

Ao longo dos últimos 5 meses, o país parou, literalmente, para acompanhar o julgamento do caso das “dívidas ocultas/odiosas”. Muitos detalhes deste escândalo de corrupção, que conduziu o país a uma crise financeira profunda¹, ainda estão por explicar. Porém, uma nota de destaque prende-se com o massivo investimento que quase todos os réus empreenderam no sector imobiliário. Segundo acusação do Ministério Público, a maior parte do dinheiro dos subornos pagos pela Privinvest aos réus do caso foi aplicado na compra de imóveis e/ou para a sua construção, dentro e fora do país.

Neste artigo iremos apontar algumas hipóteses que poderão justificar o massivo investimento dos réus neste sector. São as seguintes:

1. Branqueamento de Capitais

As diferentes correntes teóricas² que abordam o fenómeno da corrupção revelam que uma das principais formas de introduzir dinheiro de subornos na economia formal reside no investimento massivo no sector imobiliário, através da compra de imóveis para posterior arrendamento ou venda.

Esta é uma forma fácil e eficaz de “lavar” dinheiro adquirido através de esquemas ilícitos. A compra de imóveis permite que rapidamente se introduza o dinheiro no circuito financeiro oficial.

Num contexto como o moçambicano, em que na altura da contração das dívidas odiosas se viviam os anos dourados do *resource curse*³ e a expectativa de um “boom” da economia, com a chegada de um massivo investimento estrangeiro proveniente das diversas multinacionais do sector extractivo, como também das empresas estrangeiras, que por arrasto viriam para prestar serviços, era expectável que os réus, que tinham liquidez, fizessem investimentos massivos no sector imobiliário, uma vez que eram esperados vários expatriados, ligados a estas empresas, que iriam procurar imóveis para arrendamento.

O investimento neste sector revelava-se promissor uma vez que permitia obter elevados dividendos em curto espaço de tempo, com o início da exploração do gás da bacia do Rovuma. Ou seja, o sector imobiliário tornou-se um dos mais apetecíveis e com possibilidade de vir a gerar lucros bastante aliciantes.

É importante frisar que parte considerável dos réus fazia parte do círculo próximo⁴ do então Presidente da República, Armando Guebuza, o que possibilitava o acesso à informação privilegiada sobre grande parte dos dossiers que diziam respeito ao sector extractivo em Moçambique, nomeadamente empresas que teriam pretensões ao nível da pesquisa e prospecção, e aquelas próximas da sua decisão final de investimento, para além das necessidades em torno de cada um dos projectos e dos valores envolvidos (informação a que os empresários comuns de Moçambique não têm acesso). Este aspecto pode ter sido fulcral na tomada de decisão sobre onde aplicar o fruto do calote por parte dos seus autores.

Um aspecto importante que deve ser frisado é que, olhando para acusação do Ministério Público e para lista de bens que serão arrestados, não se discurtina qualquer tipo de investimento imobiliário dos réus na província de Cabo Delgado ou particularmente na cidade de Pemba. Esta constatação pode confirmar o acesso à informação privilegiada visto que o projecto Coral Sul conta com um hotel flutuante para acomodar os seus trabalhadores e o projecto da Total Energies, caso arranque, tem o seu próprio acampamento.

2. A forma como está desenhada a arquitectura da economia política de Moçambique, onde só pode prosperar quem detém o poder político.

Um segundo elemento que nos parece mais importante para fundamentar a opção no investimento feito na área do imobiliário por parte dos réus deste caso reside na própria arquitectura da economia política de Moçambique.

Moçambique é um país em que o poder político exerce bastante influência ou sufoca o surgimento, crescimento e expansão de um sector privado independente das lógicas de lutas pelo poder dentro do partido Frelimo. Este facto inibe o surgimento de investidores que tenham uma visão de longo prazo e que tenham o foco num investimento produtivo, que empregue dezenas ou milhares de pessoas. Só para dar um exemplo, a gestão

1 <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/05/Custos-e-consequencias-das-dividas-ocultas.pdf>

2 Unger, Brigitte et al, (2011)

3 As dívidas ocultas foram contraídas durante os anos de 2011 a 2014, período dourado no que diz respeito à arrecadação das receitas provenientes das mais-valias.

4 Ndambi Guebuza filho do então Presidente da República Armando Guebuza, Gregório Leão antigo Director do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), António Carlos Rosário Director de serviços económicos do SISE, Inês Moiane Secretária particular do ex-Presidente Armando Guebuza e Renato Matusse que era o seu Assessor Político.

de um património de mais de 40 imóveis, número de apartamentos que o Ministério Público arrestou do réu António Carlos do Rosário, pode requerer, no máximo, 2 pessoas e um laptop com o programa Excel.

Ora, tendo este conhecimento sobre como funciona a economia política do país, não era crível que algum dos réus aplicasse o dinheiro ganho de forma ilícita num investimento de ganhos a longo prazo, porque isso implicaria ter algum grau de previsibilidade sobre o comportamento dos futuros líderes partidários e do Estado.

Em Moçambique, investidores de longo prazo, mesmo aqueles cuja estrutura de negócios não implica ter uma relação directa com o Estado, tendem a enfrentar dificuldades quando ocorrem mudanças políticas⁵, isto é, ciclos de alternância política na estrutura do Estado com a eleição de um novo Presidente e de um novo governo, como também dentro do próprio partido Frelimo.

Não é por acaso que sempre que ocorrem mudanças na liderança do Estado, ou mesmo ministeriais, grandes contratos de prestação de serviços do Estado, rubricados até com empresas estrangeiras, são interrompidos com o argumento de que contêm diversas irregularidades.

E, essas dificuldades são sentidas não só pelos investidores que não fazem parte do partido no poder, como também pelos próprios membros do partido que são políticos/empresários. Um exemplo claro disso é o desaparecimento quase total da FOCUS 21, empresa detida pela família do antigo Presidente da República, Armando Emílio Guebuza (AEG).

Num contexto como o acima descrito, os incentivos para o investimento produtivo são quase nulos porque os diferentes actores têm a plena noção de que o mercado não é guiado pelas lógicas de livre concorrência, mas sim pela proximidade ao poder político que é, de facto, o elemento diferenciador para definir quem ganha ou quem perde nos negócios, principalmente quando se trata de concursos em que se exige a abertura de um “*procurement*” público.

De modo que o padrão de acumulação de capital em Moçambique assenta marcadamente no *rent seeking*.

Tendo em conta o perfil dos réus, conhecedores profundos de como funcionam os corredores do poder em Moçambique, é perceptível a opção pelo investimento no sector imobiliário pois sabem que os ciclos políticos acabam condicionando o volume de

negócios e o sucesso das empresas num sector que tem no Estado o seu maior cliente.

E, mesmo no caso em que as empresas tenham desenvolvido *expertise* e capacidade financeira ao longo do período de tempo em que gozaram de acesso privilegiado ao poder político, aquando da alternância no poder, se estas empresas não conseguirem reinventar-se rapidamente (leia-se construir novas redes clientelares de favorecimento e tráfico de influência) correm o risco de gradualmente irem perdendo a sua carteira de negócios.

Conscientes desse facto, era expectável que houvesse uma aversão ao risco de investimento a longo prazo, priorizando, por conseguinte, áreas de retorno rápido do investimento, no caso concreto o sector imobiliário, de modo a evitarem a exposição às discontinuidades inerentes à alternância do poder político, que colocam em risco todo o processo de acumulação de capital.

A acusação do Ministério Público, que consta do processo 94/GCCC/17-IP, contra a antiga ministra do Trabalho, Helena Taípo, diz que parte considerável do dinheiro obtido neste esquema de corrupção foi aplicado na compra de imóveis, o que reforça o argumento de que o sector imobiliário é o alvo central do investimento das elites governativas quando precisam de “lavar” o dinheiro obtido ilicitamente.

Esta anomalia estrutural da economia política de Moçambique impede que o enriquecimento ilícito gerado pela corrupção seja aplicado em investimentos produtivos que geram dezenas ou milhares de empregos e criam interligações entre os diferentes sectores da economia, algo que aconteceu em alguns países do mundo que hoje são verdadeiros exemplos de desenvolvimento social e económico.

Documentos Consultados

Cortez et al, (2021), Custos e Consequências das Dividas Ocultas para Moçambique, CIP e CMI

Unger, Brigitte et al, (2011) “Money laundering in the real estate sector: Suspicious properties”, Utrecht

University, School of Economics.

⁵ Empresas tidas como pertencentes a indivíduos associados a ex-dirigentes do Estado, são as últimas na lista de pagamentos quando os ministérios começam a pagar aos fornecedores do Estado. Quando mostram-se bem sucedidas, recebem visitas das inspeções de trabalho, INSS, AT, INAE, etc. Quando concorrem aos concursos de *procurement* público e eram tendencialmente vencedores, não obstante a experiência que tenham acumulado passam a fazer parte da lista negra.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro nº 124, Bairro da Sommerschield

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391

Email: cipmoz@gmail.com  [@CIP.Mozambique](https://www.facebook.com/CIP.Mozambique)  [@CIPMoz](https://twitter.com/CIPMoz)  [+258 84 389 0584](https://api.whatsapp.com/send?phone=258843890584)

www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique